



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
**Conselho de Recursos Tributários**  
**1ª. Câmara de Julgamento**

Resolução Nº .....<sup>2005</sup>12...../2005  
Sessão: 188ª Ordinária de 09 de novembro de 2004.  
Processo de Recurso Nº: 1/001376/2004  
Auto de Infração Nº: 1/200402677  
Recorrente: Maésio Cândido Vieira  
Recorrido: Célula de Julgamento 1ª Instância.  
Relator: Alexandre Mendes de Sousa

**EMENTA: ICMS – FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS DECORRENTE DE REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO – Auto de Infração PROCEDENTE.** O autuado, em regime especial de fiscalização, deixou de recolher o ICMS devido em virtude de apuração diária. Decisão com base no artigo, 873, II, do Decreto nº 24.569/97 e I.N. 063/95. Penalidade aplicada: Artigo 878, I, "d", do Decreto nº 24.569/97. Recurso Voluntário conhecido e não provido. Decisão Unânime.

## RELATÓRIO

Consta do *Auto de Infração*, lavrado contra a empresa *Maésio Cândido Vieira* o seguinte relato:

**“Falta de recolhimento do ICMS devido em virtude de apuração diária, realizada através do regime especial de fiscalização e controle. ICMS referente ao Regime Especial de Fiscalização e Controle. Portaria 052/04, correspondente à apuração dos dias 10/02/2004 a 28/02/2004 no montante de R\$ 52.903,88”.**

Devido às reiteradas infrações cometidas pela recorrente, em desrespeito a legislação tributária Estadual, foi aplicada pelo secretário da Fazenda, através da Portaria 052/04, o Regime de Fiscalização Especial previsto no art. 873, II - RICMS, *in verbis*:

Art. 873 na hipótese de prática reiterada de desrespeito à legislação com vista ao descumprimento de obrigação tributária, é facultado ao Secretário da Fazenda aplicar ao contribuinte faltoso regime especial de fiscalização e controle, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, que compreenderá o seguinte:

I - ...

II - fixação de prazo especial e sumário para recolhimento do ICMS devido;

Em análise diária, procedida junto à documentação fiscal da recorrente, constatou-se que no período de 10/02/2004 a 28/02/2004, foram movimentadas mercadorias no montante de R\$ 52.903,88 (cinquenta e dois mil, novecentos e três reais e oitenta e oito centavos), gerando, portanto, ICMS a recolher no valor de 8.993,65 (oito mil novecentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos).

Tal imposto, nos termos da portaria 052/04, que impôs o Regime Especial de Fiscalização com apuração diária à recorrente, deveria ter sido recolhido no primeiro dia útil subsequente ao da operação.

Como a autuada não fez o devido recolhimento do ICMS (Regime Especial) na data oportuna, foi lavrado o competente Auto de Infração.

Ao impugnar o feito fiscal a empresa alega que não foi intimada para efetuar o recolhimento devido no prazo legalmente previsto (24 horas), sendo, portanto, preterido o seu direito de defesa. Ademais, aduz que o Regime Especial de Fiscalização fere frontalmente a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, e ao regramento do art. 170, ambos da Carta Magna de 1988, sendo, portanto inconstitucional . Por fim, requer a nulidade do processo por inexistência do Termo de Intimação, e pelo desrespeito ao princípio da Publicidade e pela patente inconstitucionalidade do Regime Especial de Fiscalização e Controle e Recolhimento.

No julgamento de primeira instância o julgador monocrático, entendendo as alegações da impugnante insubsistentes para elidir o feito fiscal, julgou PROCEDENTE o auto de infração.

## **VOTO DO RELATOR**

Trata o presente processo de falta de recolhimento do ICMS decorrente de Regime Especial de Fiscalização com apuração diária.

A sentença condenatória exarada na instância singular ensejou a interposição de Recurso Voluntário.

No arrazoado recursal, o representante legal da recorrente repete, em síntese, os mesmos argumentos exarados na impugnação, senão vejamos:

- A nulidade do Auto de Infração sob o argumento de que o contribuinte não fora regularmente notificado do imposto a recolher;
- A Inconstitucionalidade do Regime Espacial de fiscalização e controle, pelo desrespeito ao princípio da legalidade no que concerne a prazo, condição de recolhimento do ICMS e aplicação de penalidades, que segundo o contribuinte, estariam, irregularmente, previstas somente em Decreto e Instrução Normativa.
- Finalmente alega que o prazo estipulado no Regime Especial, qual seja, a apuração diária, seria demasiadamente exíguo, causando transtornos à atividade comercial da recorrente.

No tocante a falta do Termo de intimação, o texto do art. 3º, I, "c", da Instrução Normativa nº 63/95 sofreu alteração pela Instrução Normativa nº 13/96, que retirou do texto da referida alínea "c" a determinação quanto a lavratura do Termo de Notificação.

Com referência à afronta ao princípio constitucional da Legalidade, o argumento da recorrente não se sustenta; pois, o referido Regime Especial de Fiscalização e Controle está solidificado no art. 96 da Lei nº 12.670/96.

Finalmente quanto à exigüidade do prazo de recolhimento do ICMS determinado pelo Regime Especial, destaca-se que o mesmo é um procedimento extraordinário, aplicado nas hipóteses de reincidência de infrações à legislação tributária; portanto, constitui-se em penalidade, que, data vênua, tem o condão de reprimir condutas

prejudiciais ao bom andamento das atividades fiscais do Estado do Ceará.

**VOTO**

Pelas considerações expostas **voto** no sentido de conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar decisão **CONDENATÓRIA**, proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do relator e do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

**DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO:**

➤ Base de Calculo.....R\$	52.903,88
➤ ICMS (17%).....R\$	8.993,65
➤ Multa.....R\$	4.496,83
➤ Total .....	R\$ 13.490,48

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente Maésio Candido Vieira e recorrido Célula de Julgamento de 1ª Instância.

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após rejeitar a preliminar de nulidade argüida pela recorrente, resolve conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão CONDENATÓRIA proferida pela 1ª instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente o conselheiro Cristiano Marcelo Peres.

**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO  
DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 18  
de Janeiro de 2.005.

	
<b>Alfredo Rogério Gomes de Brito</b>	
<b>PRESIDENTE</b>	
	
<b>Alexandre Mendes de Sousa</b>	<b>José Gonçalves Feitosa</b>
<b>CONSELHEIRO RELATOR</b>	<b>CONSELHEIRO</b>
	
<b>Manoel Marcelo A. Marques Neto</b>	<b>Fernanda R. Alves do Nascimento</b>
<b>CONSELHEIRO</b>	<b>CONSELHEIRA</b>
	
<b>Ana Maria Martins Timbo Holanda</b>	<b>Frederico Hozanan Pinto de Castro</b>
<b>CONSELHEIRA</b>	<b>CONSELHEIRO</b>
	
<b>Helena Lúcia Bandeira Farias</b>	<b>Cristiano Marcelo Peres</b>
<b>CONSELHEIRA</b>	<b>CONSELHEIRO</b>
	
<b>Matteus Viana Neto</b>	
<b>PROCURADOR DO ESTADO</b>	